

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

TR Edital 10/2024	
Título e Código do Projeto	914BRZ1071 - Governança Corporativa: melhoria da qualidade da educação pública no Brasil, a partir da revisão e da readequação de processos da gestão do FNDE.
Local(s) de Trabalho	Brasília-DF
Período do contrato:	7 meses
Número de vagas:	1 vaga
Enquadramento no Prodoc	1.5.1 - Realizar diagnóstico das práticas implementadas para monitoramento de programas, projetos e ações que impactam na qualidade da educação.

1 – FINALIDADE DA CONTRATAÇÃO

Em conjunto com o Ministério da Educação – MEC, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE tem realizado o alinhamento estratégico de suas ações institucionais, programáticas, administrativas e gerenciais, a fim de criar condições institucionais apropriadas à gestão das políticas do referido ministério, no contexto do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei n. 13.005/2014, cujas diretrizes, metas e estratégias, estão relacionadas com as atividades desenvolvidas na Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios – DIGEF.

O trabalho desenvolvido por esta DIGEF corresponde às seguintes metas:

- Meta 12, que trata da elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público; e
- Meta 7, que visa fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb; e
- Meta 19, que tem em vista assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Internamente, tem sido observada a necessidade de ajustes no que diz respeito à governança nas unidades supracitadas, a fim de garantir o cumprimento de prazos e, principalmente, maior agilidade na resposta no que se refere ao atendimento aos cidadãos assistidos pelo FIES, bem como aos processos que envolvem o Fundeb.

A compreensão da necessidade desses ajustes ganhou reforço após a aplicação, em todas as unidades do FNDE, da ferramenta do Poder Executivo Federal denominada “DFT – Dimensionamento da Força de Trabalho”, cujo objetivo central é o de estimar a quantidade ideal de pessoas para realizar entregas, com focos em resultados considerando o contexto organizacional e as características da força de trabalho. Os resultados apresentados pela ferramenta, somados às percepções identificadas no dia a dia da unidade, evidenciaram um cenário onde não está claro em que ponto dos processos e fluxos ocorrem as falhas encontradas.

Nesse viés, entende-se que a cooperação técnica irá contribuir de forma concreta na apresentação de um diagnóstico mais preciso e detalhado, onde serão identificados os pontos exatos dos obstáculos percebidos, bem como suas respectivas sugestões de ajustes de fluxo e pessoal para o incremento da agilidade dos trabalhos e a significativa melhoria dos resultados pretendidos.

Dessa forma, visando ao alcance desses resultados, faz-se necessária a contratação de profissionais com formação em nível superior, especializados em gestão e desenvolvimento de estudos, análises e diagnósticos, com o fito de melhoria nos processos de gerenciamento e operacionalização das atividades inerentes aos procedimentos de competência da DIGEF, no contexto da Coordenação-Geral de Bolsas e Auxílios – CGAUX e Coordenação-Geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação – CGFSE.

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC

a) Resultados que serão alcançados:

Resultado 1.5 – Modelo de monitoramento de programas, projetos e ações, integrado aos diferentes níveis governamentais e atores sociais da educação.

b) Enquadramento no PRODOC:

Os resultados inserem-se dentro das atividades previstas na Atividade 1.5.7 - Propor redesenho de fluxos de processos, com mapeamento de processo de negócio, adequado ao monitoramento integrado.

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELO CONSULTOR (relacionadas a todos os produtos)

- Atividade 1 – Realizar levantamento do fluxo de atividades de cada unidade,

bem como das funções e rotinas dos membros da equipe.

- Atividade 2 – Apresentar os obstáculos identificados pelos membros da equipe quanto aos fluxos e cumprimento dos prazos estabelecidos.
- Atividade 3 – Mapear os pontos de melhoria relacionados à gestão e rotinas da unidade, a partir das sugestões identificadas pela equipe, bem como das conclusões baseadas nas observações realizadas pelo consultor.
- Atividade 4 – Identificar as ferramentas utilizadas para o monitoramento dos trabalhos realizados, bem como as melhorias que poderiam ser aplicadas.
- Atividade 5 – Indicar sugestões de melhoria quanto aos fluxos e rotinas das unidades.
- Atividade 6 – Propor instrumentos para o incremento da gestão e do monitoramento dos trabalhos, com foco nos prazos e resultados estabelecidos.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Perfil Consultor

Parcela/Descritivo	Data para Entrega
1. Documento Técnico “A”- ANÁLISE DE CENÁRIO: Atividade 1.1 levantamento do perfil de cada membro das equipes da CGAUX e CGFSE, as ferramentas utilizadas na rotina dos trabalhos, os resultados esperados, bem como as dificuldades apresentadas para o cumprimento dos prazos e dos resultados estabelecidos. Atividade 1.2: identificação do funcionamento da gestão macro das coordenações-gerais e as ferramentas de monitoramento de desempenho utilizadas.	45 dias
2. Documento Técnico “B”- DIAGNÓSTICO: Atividade 2.1: levantamento dos desafios, pontos fortes relacionados às rotinas e processos do trabalho, pontos de melhoria relacionados à gestão, análise do ambiente externo e interno e seus impactos na gestão. Nessa etapa, a análise apresentada deverá ter conformidade com as competências	90 dias

estabelecidas para cada coordenação e os resultados esperados para a CGAUX e CGFSE.	
3. Documento Técnico “C”: - PLANO ESTRATÉGICO: Atividade 3.1: apresentar, de forma detalhada, os pontos de melhoria e suas propostas de ajustes relacionados aos fluxos e rotinas, com base no cenário encontrado e no diagnóstico levantado. Nessa etapa, os pontos apresentados deverão considerar os fluxos e processos de cada coordenação e unidades das coordenações-gerais em questão (CGAUX e CGFSE).	135 dias
4. Documento Técnico “D”: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: Atividade 4.1: apresentar propostas de ferramentas e fluxos para o monitoramento e avaliação dos trabalhos, com foco nos prazos e resultados estabelecidos. Nessa etapa, os pontos apresentados deverão considerar os fluxos e processos de cada coordenação e unidade das coordenações-gerais em questão (CGAUX e CGFSE).	180 dias
5. Documento Técnico “E”: CRONOGRAMA Atividade 5.1: apresentar etapas e tempo sugerido para a implementação das melhorias sugeridas no que se refere ao fluxo e gestão das unidades CGAUX e CGFSE. Atividade 5.2: apresentar propostas de ferramentas de monitoramento e rotinas de avaliação.	210 dias

* O número de dias é contado a partir da assinatura do contrato.

5 - INSUMOS

Serão fornecidos a infraestrutura e o apoio técnico necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, serem disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias à discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho.

- Apoio da equipe técnica do FNDE para discussão e orientação do projeto, leitura e revisão de documentos, críticas e sugestões.
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

6.1 Obrigatórios:

Formação Acadêmica*: curso superior completo em qualquer área de conhecimento, com diploma devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, além de pós-Graduação lato sensu ou stricto sensu reconhecido pelo Ministério da Educação, em Administração, Gestão ou áreas correlatas.

Experiência profissional comprovada (anos/período)*:

- Mínimo de 05 (cinco) anos completos em atividades administrativas e/ou de consultoria administrativa no âmbito da Administração Pública Federal;
- Mínimo de 3 (três) anos completos com políticas públicas relacionadas à educação.

** A comprovação da qualificação declarada deverá ser solicitada a partir da entrevista.*

6.2 Desejáveis:

Conhecimentos:

- Lei n.º 10.260, de 12/07/2001.
- Portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018.
- Sistema Eletrônico de Informações (SEI).
- Elaboração de relatórios gerenciais.

Elevado nível nos seguintes atributos:

- Elevado nível de fluência verbal e capacidade de raciocínio.
- Expressar-se com objetividade.
- Domínio dos assuntos relativos à contratação, tais como: leis que regem ao sistema correcional na administração pública federal, licitações, contratos e convênios.

- Discrição, cordialidade, polidez, atenção e objetividade.

7 - Processo seletivo

7.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

7.2 O processo seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da comissão de seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.

7.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital.

7.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

7.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC

- a) O candidato deverá enviar o currículo conforme o padrão divulgado no site do FNDE e e-mail informado no edital.
- b) Serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora das datas de inscrição.
- c) Nessa etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência.
- d) A pontuação dessa etapa (PC) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Formação Acadêmica e Experiência Profissional.
- e) O total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato. $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$.
- f) O candidato precisará obter, **no mínimo, 40 pontos nesta etapa** para ir para a etapa de entrevistas.

7.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE

- a) Serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa (análise de currículos), considerando, no mínimo, 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados (caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de

vagas). As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da comissão de seleção.

- b) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato.
- c) A pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – entrevista.
- d) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato: $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$.
- e) O candidato precisará obter, **no mínimo, 70 pontos nesta etapa**, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

7.4.3 TERCEIRA ETAPA

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas.
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela comissão de seleção.
- c) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” neste edital.
- d) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde o serviço foi prestado ou por meio de apresentação de contrato de trabalho.
- e) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão.
- f) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado.
- g) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado.
- h) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado.
- i) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, esse será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

8 - TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Qualificação do candidato	É <u>obrigatório</u> curso superior completo em qualquer <u>área de conhecimento</u> , com diploma devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, além de pós-Graduação lato sensu ou stricto sensu reconhecido pelo Ministério da Educação, em Administração, Gestão ou áreas correlatas.	(100%) 20 pontos: doutorado (80%) 16 pontos: mestrado (70%) 14 pontos: mais de uma especialização em Administração, Gestão ou áreas correlatas.	20
2	Experiência do candidato	É desejável que possua conhecimento: - na Lei n.º 10.260, de 12/07/2001; - na Portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018; - no Sistema Eletrônico de Informações (SEI); e em - elaboração de relatórios gerenciais.	[100%] 20 pontos: experiência em todos os pontos citados. [75%] 15 pontos: experiência em 3 dos pontos citados [50%] 10 pontos: experiência em 2 dos pontos citados. [25%] 5 pontos: experiência em um dos pontos citados.	20
		É <u>obrigatório</u> que possua experiência profissional comprovada de, no mínimo, 5 (cinco) anos completos em atividade na Administração Pública e/ou de consultoria administrativa no âmbito da Administração Pública Federal ou de, no mínimo, 3 (três) anos completos em políticas públicas relacionadas à educação.	[100%] 30 pontos: 9 anos completos de experiência em Administração Pública ou 6 anos completos em políticas públicas relacionadas à educação. [90%] 27 pontos: 7 anos completos de experiência em Administração Pública ou 5 anos completos em políticas públicas relacionadas à educação. [80%] 24 pontos: 6 anos completos de experiência em Administração Pública ou 4 anos completos em políticas públicas relacionadas à educação. [70%] 21: acima de 5 anos completos de experiência em Administração Pública ou acima de 3 anos completos em políticas	30

		públicas relacionadas à educação.	
	<p>É desejável elevado nível nos seguintes atributos:</p> <p>a) Fluência verbal e capacidade de raciocínio.</p> <p>b) Expressar-se com objetividade.</p> <p>c) Domínio dos assuntos relativos à contratação, tais como: leis que regem ao sistema correcional na administração pública federal, licitações, contratos e convênios.</p> <p>d) Discrção, cordialidade, polidez, atenção e objetividade.</p>	<p>Pontuação de zero a 30 a serem atribuídas por meio de entrevista realizada por comissão de seleção.</p>	30
TOTAL DE PONTOS			100

9. LOCAL DE TRABALHO:

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, além de demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE **durante o horário comercial de trabalho.**

Os **encontros presenciais eventualmente necessários** para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da consultoria, desde que previamente agendados, sendo que os custos pelo deslocamento e eventuais estadias se darão por conta do próprio consultor.

10. RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

- Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail CCOPI@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999.
- O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado.
- A comissão de seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instâncias, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os produtos deverão ser entregues à Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios (DIGEF) do FNDE, SBS, Bloco F, Ed. FNDE, 7º andar, Brasília/DF, como relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa impressa, contendo nesta a assinatura do consultor.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR (Termo de Referência) não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.



Brasília/DF, 03 de abril de 2024

Sylvia Cristina Toledo Gouveia
Diretora de Gestão de Fundos e Benefícios Substituta